

Africanos, crioulos e a língua portuguesa

Dante Lucchesi¹

A questão da participação dos africanos e seus descendentes na história lingüística do Brasil tem uma dupla face. De um lado está a atuação destacada desse elemento na difusão da língua portuguesa no Brasil, tornando-se, na fórmula de Darcy Ribeiro, “o grande agente da europeização lingüística do Brasil”² Do outro lado, está a violenta repressão cultural e lingüística que impediu a conservação, no território brasileiro, de qualquer uma das centenas de línguas africanas que, durante os três séculos de tráfico negreiro, chegaram ao Brasil na boca de cerca de quatro milhões de indivíduos, conquanto ainda subsistam isolados alguns códigos restritos que, como línguas secretas, contribuem para preservar algo da identidade cultural africana de algumas poucas comunidades rurais isoladas de afro-descendentes. Na convergência desses dois vetores, pode-se deslindar o papel crucial do contato lingüístico na conformação das características mais notáveis da fala popular brasileira. A variedade lingüística usada atualmente pela maioria da população brasileira guarda reflexos indeléveis de processos de variação e mudança desencadeados em situações de contato maciço entre línguas, embora o preconceito e a estreiteza teórica busquem minimizar ou negar

¹ Doutor em Lingüística pela UFRJ e mestre em Lingüística Portuguesa Histórica pela Universidade de Lisboa, é professor de Língua Portuguesa da UFBA, desde 1992. É autor do livro *Sistema, mudança e linguagem* (Parábola, 2004), coordena o Projeto “Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia” (<http://www.vertentes.ufba.br>), com bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq desde 2003.

² RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, p. 116.

tal contribuição de africanos e crioulos para a formação da língua nacional.

O tipo de visão que busca obliterar a participação dos africanos na formação cultural do Brasil já foi caracterizado por Renato Mendonça, nas primeiras décadas do século XX, nos seguintes termos:

O negro, que sua no eito e, esfalfado, trabalha sob o chicote, não oferece a mesma poesia do índio aventureiro que erra pelas florestas... Se um alicerça obscuramente a economia nacional com a lavoura da cana-de-açúcar e do café, e a mineração do ouro, o outro sugere motivos sentimentais para o passatempo dos elegantes do Império...³

Por outro lado, não obstante a sua idealização como símbolo romântico da nacionalidade, o elemento indígena não deixou de ser vítima da sanha da colonização europeia, pois, no genocídio de populações indígenas durante os cinco séculos de colonização, o extermínio de povos e culturas implicou também um glotocídio de enormes proporções. Restam pouco mais de 300 mil indígenas dos milhões que habitavam o território brasileiro, quando Cabral desembarcou em Porto Seguro. E das mais de mil línguas dos grandes troncos tupi e macro-gê, menos de 200 ainda são faladas, sendo que a maioria, em vias de extinção.

O genocídio das populações indígenas e a sua resistência à integração à sociedade colonial, sobretudo nos centros urbanos, fizeram com que o negro africano se tornasse o esteio da mão-de-obra da colonização do Brasil. Inserindo-se nos diversos setores da atividade produtiva, mas concentrando-se na base da pirâmide social, os africanos e seus descendentes constituem um elemento fundamental na formação da sociedade brasileira e na expansão da língua portuguesa para todo o território brasileiro.

³ MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*, p. 52.

O papel dos africanos e seus descendentes na difusão da língua portuguesa no Brasil

Hoje a língua portuguesa é a língua materna de mais de 99% da população brasileira. Sua hegemonia como língua nacional é incontestável. Entretanto, não era essa a situação nos primeiros séculos da colonização, período em que, como bem definiu Rosa Virgínia Mattos e Silva, o Brasil experimentava uma situação de “multilingüismo generalizado”.⁴ Até o final do século XVII, o português era apenas uma das línguas faladas pelos cerca de 300 mil habitantes da América portuguesa.⁵ Nas províncias mais periféricas, como São Paulo e Maranhão, a língua geral de base tupi predominava.⁶ Nas províncias que então impulsionavam o projeto colonial brasileiro, Pernambuco e Bahia,⁷ a massa da mão-de-obra escrava lançava mão de línguas francas africanas, como o quimbundo, para se comunicarem entre si. No interior, ao redor dos engenhos, ou nos quilombos, línguas francas africanas conviveriam com variedades pidginizadas ou crioulistadas do português.

Porém, no fim do século XVII, situam-se acontecimentos que desencadearam um conjunto de mudanças socioeconômicas que se refletiram significativamente no panorama sociolingüístico do Brasil colonial.

⁴ SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*, p. 14 et seq.

⁵ Segundo Hasenbalg (em *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*), a população do Brasil, em 1700, seria de cerca de 300 mil pessoas, sendo que os brancos seriam, no máximo, 100 mil, enquanto que os escravos de origem africana, 170 mil. Mas pode-se pensar que o número de escravos africanos e crioulos já era muito maior.

⁶ Sobre o predomínio da língua geral em São Paulo, conta-se com o testemunho histórico do padre Antônio Vieira que, em 1694, reconhecia que “as famílias dos portugueses e índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua, que nas ditas famílias se fala, é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola” (apud SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, p. 55). O predomínio da língua geral no Maranhão é atestado também pelo padre Vieira, em 1653, ao relatar que “os jesuítas pregavam aos índios na língua deles ‘a qual os moradores pela maior parte entendiam” (Ibid., p. 60).

⁷ O predomínio da Bahia e Pernambuco no processo de colonização do Brasil em torno do projeto agro-exportador do açúcar é atestado por Gabriel Soares de Souza, que em 1587 registra a existência de 50 engenhos de cana-de-açúcar em Pernambuco e 44 na Bahia, contra apenas três em São Vicente e dois no Rio de Janeiro (apud ELIA, Sílvio. *A unidade lingüística do Brasil*, p. 50).

Entre 1693 e 1695, são descobertas as primeiras minas de ouro na região que viria a ser denominada “Minas Geraes”.⁸ O ciclo do ouro vai mudar o panorama do Brasil ao longo do século XVIII. É o século em que a população brasileira mais cresce em termos relativos, atingindo a cifra de três milhões e 300 mil habitantes, em 1800;⁹ ou seja 11 vezes maior que a população estimada para 1700. Pelo menos 300 mil portugueses de todas as classes sociais teriam vindo para a colônia em busca do enriquecimento fácil, na febre do ouro, e, com eles, mais de um milhão de escravos africanos.¹⁰ A riqueza extraída da terra promove o primeiro surto de urbanização,¹¹ com Vila Rica atingindo a marca de 100 mil habitantes. A urbanidade da sociedade mineira permite a formação do que Antonio Candido chamou de primeiro sistema literário brasileiro.¹² A pecuária se desenvolve para garantir o projeto minerador, integrando, por um lado, o nordeste à região das minas através do vale do rio São Francisco e, de outro lado, o planalto paulista.¹³ O Rio de Janeiro torna-se a cidade mais importante da Brasil, em função do tráfico negreiro.¹⁴

Dessa forma, o ciclo do ouro fornece as bases objetivas para o que chamei alhures de primeira vaga de lusofonização do Brasil.¹⁵ O avanço socioeconômico do projeto colonial português desaloja a língua geral tupi de São Paulo, empurrando-a cada vez mais para os grotões do país.¹⁶ A inserção diferenciada do escravo africano na estrutura da so-

⁸ ELIA, Sílvio. *A unidade lingüística do Brasil*, p. 99: “o ouro foi encontrado quase simultaneamente em regiões diversas da zona que é hoje Minas Gerais, entre os anos 1693 e 1695”.

⁹ AZEVEDO, Thales. *Democracia racial*, p. 14-15.

¹⁰ HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*.

¹¹ MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides*, p. 24.

¹² CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*, p. 23-24.

¹³ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. O Brasil Colônia. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*, p. 33-94.

¹⁴ MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*, p. 33: “No século XVIII, o Rio semelha um porto africano. O Valongo, mercado de escravos, tem um jeito de Luanda. É a maior feira de escravos de todo o Brasil, que exporta para São Paulo, Minas, estado do Rio e Goiás.”

¹⁵ LUCCHESI, Dante. *Século XVIII: o século da lusofonização do Brasil*.

¹⁶ O declínio do uso da língua geral em São Paulo é atestado em 1751, quando “o padre Manuel da Fonseca falava do usos

cidade mineira *vis-à-vis* a massa indistinta das grandes empresas agro-exportadoras diminuirá progressivamente os círculos sociais em que se empregam as línguas francas africanas.¹⁷ O avanço da língua portuguesa no território brasileiro tem como reflexo aparentemente paradoxal a formação de uma norma brasileira distinta da portuguesa. E pode-se pensar aqui, não em termos do português profundamente alterado pela aquisição imperfeita por parte de índios e escravos africanos e pela nativização dessa segunda língua entre os seus descendentes, mas em termos de um falar corrente entre os brancos nascidos no Brasil. Uma evidência histórica disso é encontrada no depoimento de um português em um processo movido contra um certo João Lourenço ou Antônio da Silva, eremita e milenarista, na Vila do Príncipe (atual Serro), Capitania de Minas Gerais, na década de 1740. Em sua descrição do acusado, “João Gonçalves, homem branco, solteiro, reinol, natural do bispado de Lamego, morador na Vila do Príncipe, que vivia do ofício de ferreiro, afirma que: ‘pelo modo, e pela fala parece ser natural do Reino’”.¹⁸ Se um indivíduo branco podia ser caracterizado como português em função do seu modo de falar, era porque esse modo de falar se distinguia do modo pelo qual falavam os brancos nascidos no Brasil. Portanto, a expansão e sedimentação da língua portuguesa nos círculos urbanos de Minas Gerais, no século XVIII, constituiria, assim, um marco na transplantação

do tupi como coisa remota, pois afirmava que ‘naqueles tempos’ [do padre Belchior, que evangelizou de 1644 a 1719,] era comum a toda Comarca” (SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, p. 58).

¹⁷ Essa diferença foi destacada por Yeda Pessoa de Castro (“Os falares africanos na interação social dos primeiros séculos”, p. 108), nos seguintes termos: “Do ponto de vista da interação social, a condição de escravo da mineração, como a de escravo doméstico e urbano, não se mostrava a mesma do escravo rural. Enquanto nas plantações o trabalho da massa escrava era anônimo e coletivo, sua situação social parecia mais definida, por serem mais rígidas as relações casa-grande e senzala, na região das minas, como nos serviços urbanos e domésticos, o trabalho escravo se destacava por ser fruto de seu esforço individual, o que lhe dava mais possibilidades de comprar ou adquirir a liberdade, tornando-se ele próprio comerciante, traficante, minerador, negro de ofício, a bem dizer, estabelecido num trabalho autônomo.”

¹⁸ VILLALTA, Luiz Carlos. *O encoberto da Vila do Príncipe (1744-1756): milenarismo-messianismo e ensaio de revolta contra brancos em Minas Gerais*.

do português para o Brasil, um processo que só viria a se aprofundar no século seguinte.

Com a vinda da Família Real, em 1808, desencadeia-se a segunda onda de lusofonização do Brasil. A língua geral fica cada vez mais restrita às zonas mais inexploradas da Amazônia e do centro-oeste do país. O fim do tráfico na metade do século susta novas possibilidades de pidginização do português, impedindo a continuação do que definimos alhures como a *transmissão lingüística irregular* desencadeada em situações de contato maciço entre línguas.¹⁹ E os afro-descendentes, sobretudo os mestiços, que no final do século já constituem praticamente a metade da população do país, vão difundindo por todo o território nacional o *português popular do Brasil*. Um português muito diferente do falado e escrito pela elite colonial e do Império, configurando-se o que temos descrito como *polarização sociolingüística* do Brasil.²⁰

A polarização sociolingüística do Brasil

Em 1618, um cronista definiu o Brasil como “academia pública, onde se aprende com muita facilidade [o] bom modo de falar”.²¹ Tal afirmação – surpreendente numa terra em que a maioria dos falantes aprendiam precariamente o português como segunda língua – revela, porém, uma violenta clivagem que rasga o cenário lingüístico brasileiro desde as suas origens até os dias atuais. É natural que, no início da colonização, os colonizadores portugueses tivessem como referência de civilização os padrões culturais e lingüísticos da metrópole, o que explica o caráter conservador de alguns idiomas europeus transplantados para o Novo Mundo. Revelador, porém, é que essa atitude de submissão lingüística ao rígido cânone coimbrão tenha sobrevivido à independência política do Brasil e convivido, paradoxalmente, com manifestações explícitas de nacionalismo, calcadas na figura idealizada do índio, dentro do para-

¹⁹ LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil.

²⁰ LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil.

²¹ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*, p. 65.

digma do *bom selvagem*. Os membros da elite imperial brasileira, que adotavam sobrenomes indígenas e exaltavam a temática indigenista de José de Alencar, acatavam a censura que lhe faziam os puristas por conta de sua arrojada sintaxe brasileira. E achavam natural que os professores da língua nacional nos colégios da Corte fossem portugueses, porque lá é que se falaria o melhor do idioma.²² Cotejando o texto da Constituição de 1824 com o texto da Constituição republicana de 1891, o lingüista Emílio Pagotto observou uma alteração no padrão normativo brasileiro, na qual se destaca a colocação pré-verbal dos pronomes átonos.²³ Tal mudança reflete uma alteração nos padrões de uso da língua que ocorreram em Portugal, entre os séculos XVIII e XIX, mas que não aconteceram no Brasil.

Na primeira metade do século XIX, mudanças na sociedade portuguesa, com a ascensão da burguesia, e no plano da cultura, com o movimento literário do Romantismo, teriam criado as condições para o “alcançamento das formas gramaticais emergentes à condição de poder figurar no texto escrito”, forjando “a atual norma culta portuguesa”.²⁴ No cerne dessas mudanças estaria a violenta redução das vogais átonas que caracteriza a prosódia do português europeu contemporâneo e o coloca numa posição singular entre as línguas românicas, que se caracterizam exatamente pelo seu acentuado vocalismo. Tal padrão prosódico favorece a colocação pós-verbal dos pronomes átonos, tornando a ênclise quase categórica no português europeu contemporâneo, diferentemente do delicado equilíbrio entre a colocação pré e pós-verbal do clítico que se observa no chamado português clássico. E, apesar de a língua no Brasil tomar uma direção distinta, com o fortalecimento das vogais átonas, que, ao se tornarem semitônicas, farão da próclise a colocação geral do clítico no Brasil, o estudo de Pagotto demonstrou que o nível de emprego da ênclise cresce significativamente no texto da Constituição de 1891, frente ao texto da Constituição de 1824, que ainda se pautava pelo

²² CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*.

²³ PAGOTTO, Emílio Gozze. *Norma e condescendência: ciência e pureza*.

²⁴ *Ibid.*, p. 54.

cânone do português clássico. Essa atitude de subserviência lingüística conserva-se até os dias atuais entre os gramáticos normativos brasileiros, que definem a ênclise como a colocação normal do pronome átono, com um emprego inusitado, ou melhor, absolutamente impróprio do adjetivo *normal*. E, apesar das reações a essa submissão parnasiana aos ditames puristas, que têm na Semana de Arte Moderna de 1922 o seu grande marco, a manutenção de um padrão normativo adventício e, em muitos aspectos, em flagrante contradição com o uso culto da língua no país, produz um forte sentimento de insegurança lingüística em todos os segmentos da sociedade brasileira, e que se traduz em afirmações correntes do tipo: “o português é uma língua muito difícil” e “o brasileiro não sabe falar português”.

A subserviência lingüística não é apenas reflexo de um lastimável estado de espírito de submissão cultural e ideológica da elite brasileira aos modelos da dominação das grandes potências imperialistas, desde o século XIX até os dias atuais. Revela, sobretudo, um absoluto desprezo pelas coisas da terra e pela cultura nacional e popular. A adoção de um padrão normativo estranho à realidade lingüística do país integra um projeto elitista de poder e de exclusão social, no qual a grande maioria da população do país deve ficar fora dos centros de decisão política e da distribuição da riqueza nacional, até porque “nem sequer sabe falar o idioma pátrio”. O outro lado da moeda desse elitismo lingüístico é o pesado estigma social que recai sobre as variantes lingüísticas mais notáveis da fala popular brasileira.

O português popular do Brasil, ou a *norma lingüística popular brasileira*, no enquadramento conceitual que temos desenvolvido,²⁵ nada mais é do que uma das resultantes do caráter pluriétnico da sociedade brasileira. As características mais notáveis da fala popular, como a ausência de concordância nominal e verbal – como exemplificada em (1) abaixo –, resultam de um processo de simplificação praticamente universal em situações de contato maciço entre línguas.

(1) Meus irmão trabalha na roça o dia todo.

²⁵ LUCCHESI, Dante. Norma lingüística e realidade social.

A variação na concordância nominal e verbal constitui, assim, um divisor de águas no cenário sociolingüístico brasileiro; fato revelador do peso que o contato entre línguas teve na história lingüística do Brasil, conquanto muita pesquisa histórica e lingüística ainda tenha que ser empreendida nesse campo.

Mudanças estruturais induzidas pelo contato entre línguas no português brasileiro

O contato é uma constante na história das línguas humanas e resulta do convívio e do estabelecimento de relações comerciais de troca, ou relações de dominação política, militar ou cultural e ideológica entre povos que falam línguas distintas. O reflexo mais imediato do contato entre línguas são os empréstimos lexicais. Assim, no português, empréstimos mais antigos como o verbo *guardar*, de origem germânica, e os substantivos *alfinete* e *nau*, tomados ao árabe e ao catalão, respectivamente, convivem com empréstimos mais modernos, como *futebol*, do inglês britânico, ou *abajur*, do francês. Isso para não falar dos contemporâneos *deletar*, *shopping center*, entre tantos outros que refletem uma atitude de submissão cultural aos Estados Unidos da América. Mas, mesmo nesses casos mais acentuados de influência de uma língua sobre a outra, não é comum que essa influência transborde do léxico para a estrutura gramatical ou para o sistema fonológico da língua.

Contudo, a colonização européia da América, da África, da Ásia e da Oceania produziu situações sociais em que o contato entre línguas teria atingido um nível de intensidade talvez único nos cerca de 100 mil anos de existência das línguas humanas. O seqüestro de grandes contingentes humanos de seu ambiente cultural de origem para submetê-los a uma situação violenta de exploração do trabalho e de opressão física e simbólica forneceram o contexto social para a ocorrência de processos lingüísticos que ficaram conhecidos através do termo *crioulização*. E a grande maioria das *línguas crioulas* hoje existentes no mundo formou-se no bojo da colonização européia, entre os séculos XV e XIX, e situam-se no Caribe, na costa da África, no Sudeste Asiático e na Oceania. Den-

tre as línguas crioulas hoje faladas no mundo, podemos citar o crioulo inglês da Jamaica, o crioulo cabo-verdiano, derivado do português, e o crioulo francês da ilha de Reunião, no oceano Índico.

Através do conceito de *transmissão lingüística irregular*,²⁶ temos buscado explicar a criouliização conjugando a aquisição de uma segunda língua por uma população adulta em situações adversas, com a posterior socialização e nativização dessa variedade defectiva de segunda língua. Tomando a *plantation* como situação sociolingüística prototípica, temos um grande contingente de falantes adultos, os escravos africanos, que são forçados a adquirir precariamente a língua do grupo dominante, senhores, feitores e capatazes, para, no mínimo, poderem cumprir ordens e dar e receber informações básicas. Disso resulta o que, na terminologia da área, se denomina *jargão*, um código de comunicação emergencial composto de um vocabulário restrito da língua dominante que os seus usuários manipulam de acordo com as regras da gramática de suas línguas maternas. Dessa forma, a língua do grupo dominante acaba por fornecer o grosso do vocabulário para o código de comunicação emergencial e para a nova variedade lingüística que se forma na situação de contato, de modo que essa *língua de superstrato*, ou seja, língua do grupo dominante, também é denominada *língua lexificadora*; ou ainda *língua-alvo*, pois ela é a meta do processo de aquisição dos falantes do grupo dominado.

Como os traficantes e senhores praticavam a política de misturar escravos de diversas etnias para evitar rebeliões, era comum que os escravos africanos reunidos em diversos pontos do continente americano falassem línguas mutuamente ininteligíveis, o que os obrigava a recorrer ao código de emergência para se comunicarem também entre si. Paralelamente, os filhos desses escravos e escravas que nasciam nessa situação de contato acabavam por adotar como língua materna a língua do grupo dominante, por ser esta mais viável socialmente. A socialização e, sobretudo, a nativização do código de comunicação emergencial no segmento dos dominados ampliam o leque de funções de uso desse jargão, o que

²⁶ LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil.

cria uma pressão para a ampliação de sua estrutura gramatical. Portanto, após a erosão da gramática da língua-alvo, no processo inicial de sua aquisição como segunda língua pelos grupos dominados, ocorre a sua reestruturação gramatical com a socialização e a nativização.

Se as condições sócio-históricas fazem com que o acesso aos modelos gramaticais da língua do grupo dominante por parte dos segmentos dominados permaneça restrito, isso abre espaço para que ocorram processos originais de gramaticalização ao lado de eventuais transferências de estruturas gramaticais da(s) língua(s) dos grupos dominados para preencher as lacunas estruturais do código de comunicação emergencial.²⁷ Assim sendo, a variedade lingüística que se forma na situação de contato com a reestruturação gramatical do jargão é, na maioria dos casos, uma língua crioula.²⁸ A língua crioula, que é a língua materna da maioria dos seus utentes, tem a sua estrutura gramática composta por elementos exógenos, tornando-se uma variedade lingüística qualitativamente distinta da língua do grupo dominante, da qual recebeu a grande maioria do seu vocabulário, e sendo ininteligível para o falantes monolíngües, tanto da língua dominante, quanto para os falantes monolíngües das línguas do substrato.

Há que se destacar, entretanto, que, no processo de recomposição gramatical do código de comunicação emergencial, nem todos os elementos estruturais da língua-alvo que se perdem na fase inicial da situação de contato são posteriormente reconstituídos. Elementos gramaticais que não têm valor comunicativo, como as regras de concordância verbal e nominal e a flexão de caso dos pronomes pessoais, geralmente não fazem parte do repertório gramatical das línguas crioulas. Já entre os elementos estruturais que são reconstituídos na crioulação, destacam-se as partículas pré-verbais que indicam as categorias gramaticais

²⁷ A possibilidade de transferência de estruturas gramaticais do substrato para a variedade lingüística que se forma na situação de contato dependerá de uma relativa homogeneidade lingüística do grupo dominado.

²⁸ Se não ocorre a nativização da variedade lingüística que se forma na situação de contato, não obstante ocorrer a ampliação de suas funções comunicativas e sua reestruturação gramatical, não ocorre tecnicamente a crioulação, e sim a pidginização. Assim, ao invés de uma língua crioula, tem-se uma língua *pidgin* expandida. Os *pidgins* expandidos são entidades lingüísticas mais raras, sendo o caso mais notável desse tipo o *tok pisin*, língua nacional de Papua Nova Guiné.

de tempo, modo e aspecto dos verbos e a gramaticalização de verbos que, ao lado de sua função original, passam a desempenhar a função de preposição ou conjunção, em uma estrutura denominada *verbos seriais* na literatura do campo.

Nos exemplos (2) e (3) abaixo, podemos observar a ausência de concordância nominal de número no crioulo cabo-verdiano e a ausência de concordância nominal de gênero no crioulo da Guiné-Bissau, respectivamente. Já os exemplos (4) e (5) revelam a ausência de flexão de caso nos pronomes pessoais do crioulo cabo-verdiano, pois a mesma forma do pronome desempenha tanto a função sintática de sujeito quanto a função de complemento verbal, observando-se apenas uma redução na forma fonética do pronome nos contextos em que ocorre a sua cliticização ao verbo (ou seja, em função do seu enfraquecimento fonético, o pronome se liga fonicamente ao verbo, como uma espécie de afixo). Nos exemplos apresentados em (4), a forma base do pronome de primeira pessoa, *mi* (proveniente da forma portuguesa *mim*), aparece em sua forma plena em (a.), e se reduz a um fonema nasal (*n'* ou *m'*, conforme o caso) em (b.) e (c.), ao se ligar à forma verbal, no seu processo de cliticização. Em (5), a forma plena do pronome de segunda pessoa, *bo* (proveniente da forma portuguesa *vós*) se reduz na função de objeto a *b'* pelo mesmo processo de cliticização.

- (2) **kes** mininu tá fla tcheo.
Aqueles meninos falam demais.
(lit. *Aqueles menino fala muito.*)
- (3) I tene **un** *fiju femya* **bonitu**.
Tem uma filha bonita.
(lit. *Tem um filho fêmea bonito.*)
- (4) a. **Mi** e fliz. 'eu sou feliz'
b. **N** tá faze izarsísi. 'eu estou fazendo o exercício'
c. El dà-**m** un livr. 'ele me deu um livro'.
- (5) a. **Bo** tá faze izarsísi. 'você faz o exercício'.
b. El dà-**b'** un livr. 'ele deu a você um livro'.

Esses fenômenos revelam a perda de morfologia flexional da língua-alvo, sem que essa morfologia seja reconstituída na língua crioula que se forma na situação de contato. Por outro lado, certos aspectos gramaticais mais nucleares como a marcação das categorias gramaticais de tempo, modo e aspecto dos verbos são reconstituídos como se pode ver nos exemplos (6) a (8), extraídos do crioulo português de Malaca, falado no Sudeste Asiático.

- (6) yo **ja** kumi
eu **comi**
- (7) olotu **lo** kumi
eles **comerão**
eles **comeriam**
- (8) bolotu **ta** kumi figu
vocês **estão comendo** banana

Em (6), a partícula *ja* (derivada do advérbio português *já*) converteu-se em um morfema de passado, enquanto que a partícula *lo* (derivada do advérbio português *logo*) indica o futuro ou o modo *irrealis*, conforme exemplo (7). Já a partícula *ta* (derivada da forma do verbo auxiliar *estar*) expressa o aspecto durativo, conforme exemplo (8). Outro processo de reconstituição gramatical recorrente na formação das línguas crioulas é a serialização verbal. Como se pode ver nos exemplos (9) e (10), do crioulo português da ilha de São Tomé, na costa ocidental da África, a forma do verbo *dar* também funciona como preposição de dativo, como as preposições *a* ou *para*, no português brasileiro.

- (9) Sela bo da-m jelu nga po koplá pichi **da** bo.
Se você me der dinheiro, eu posso comprar peixe para você.
- (10) N fa **da** bo.
Eu disse a você.

Mudanças lingüísticas desse tipo, que compõem o ciclo de erosão e recomposição da estrutura gramatical da língua-alvo, caracterizam a formação das línguas crioulas típicas. Entretanto, é preciso destacar que processos de crioulização desse tipo ocorreram historicamente em situações de forte exclusão social, com a marginalização e segregação a que foram submetidas as comunidades crioulófonas. Uma maior inserção social de comunidades crioulófonas que tem se verificado nas últimas décadas implica uma maior exposição desses falantes ao aparato gramatical da língua lexicadora, com a decorrente inserção dos elementos gramaticais dessa língua na língua crioula, configurando-se um processo de *descrioulização*, pelo qual muitas línguas crioulas de todo o mundo têm passado nas últimas décadas.

Por outro lado, se essa ampliação do acesso à língua-alvo ocorre antes que os processos de gramaticalização e de transferência do substrato se consolidem na variedade lingüística que se forma na situação de contato, o processo de crioulização é sustado e, ao invés de uma língua crioula, forma-se uma variedade popular da língua dominante, o que nós temos chamado de *processo de transmissão lingüística irregular de tipo leve*.²⁹ Essa variedade mantém basicamente todo o arcabouço estrutural da língua dominante. Os processos de gramaticalização são muito raros, quando não ausentes, e a característica mais proeminente dessas variedades é um quadro de ampla e profunda variação no uso dos elementos gramaticais sem valor referencial, como as regras de concordância verbal e a flexão de caso dos pronomes pessoais. Mesmo aí, há que se distinguir esse quadro de variação da eliminação completa desses mecanismos que caracteriza os casos típicos de crioulização, como se pode ver no quadro abaixo, com o cotejo da flexão de pessoa e número do verbo no crioulo cabo-verdiano e no português popular do brasileiro:

Crioulo cabo-verdiano	Português popular brasileiro	Português padrão
n'fla	eu falo	eu falo
bu fla	você/tu fala	tu falas

²⁹ LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil.

e fla	ele/a fala	ele fala
nu fla	nós/ a gente fala(mo)	nós falamos
nhu fla	vocês fala(m)	vós falais
es fla	eles fala(m)	eles falam

Como se pode ver, no crioulo do arquipélago de Cabo Verde a mesma forma do verbo (*fla*) é usada para todas as pessoas do discurso, ao passo que, nas variedades populares do português brasileiro, embora a erosão dos morfemas flexionais presentes no padrão normativo da língua seja bem ampla, subsiste um processo de variação com base no uso restrito dos morfemas da primeira pessoa do plural, *-mo(s)*, e de plural para a segunda e a terceira pessoas, *-m*. No singular, mantém-se com bastante regularidade o morfema da primeira pessoa, *-o*.³⁰ Deve-se, então, buscar no complexo processo histórico de formação da realidade lingüística brasileira as razões para no Brasil não se terem criado as condições para um processo pleno de criouliização da língua portuguesa.

As condições sócio-históricas de inserção dos africanos na sociedade brasileira e, sobretudo, dos seus descendentes nascidos no Brasil, os crioulos, com particular destaque dentre esses para os mestiços, nos levam a crer que o contato entre línguas na história sociolingüística do Brasil teve como resultado mais geral a transmissão lingüística irregular de tipo leve. Os eventuais processos de criouliização teriam sido localizados e não teriam logrado a perenidade necessária à consolidação de uma comunidade crioulófona. Porém, muita pesquisa histórica ainda precisa ser feita, e um dos maiores desafios para aqueles que se ocupam da historiografia lingüística do Brasil é precisar as situações sociolingüísticas em

³⁰ Em algumas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, como a comunidade de Helvécia, situada no extremo sul do estado da Bahia, a variação na flexão verbal atinge até a primeira pessoa do singular, podendo ocorrer frases como: *eu trabalha* na roça. Desse modo, pode-se pensar que, na formação das comunidades rurais afro-brasileiras isoladas (muitas delas oriundas de antigos quilombos), a erosão da morfologia flexional do verbo atingia todas as pessoas do discurso, num processo praticamente idêntico ao da formação das línguas crioulas de base lexical portuguesa da África e da Ásia. Tal fato constitui uma forte evidência empírica da relação histórica entre o quadro atual de variação na concordância verbal no português brasileiro e a participação do contato entre línguas na formação da realidade lingüística do país. (Ver LUCCHESI, Dante. "Parâmetros sociolingüísticos do português brasileiro".)

que se deu o contato entre línguas para se poder determinar com uma base empírica satisfatória que mudanças tais situações promoveram na estrutura da língua nacional.

Elementos para uma sócio-história do contato do português com as línguas africanas no Brasil

Dentre os números díspares que a historiografia do tráfico negreiro apresenta, assumimos a posição de que, no período que se estende *grosso modo* de 1549 a 1850, vieram para o Brasil cerca de quatro milhões de escravos africanos. Mais importante do que determinar em termos absolutos o número de africanos no Brasil nesse período, é determinar a sua presença relativa na composição da sociedade brasileira, bem como a participação de seus descendentes crioulos e mestiços.

Alberto Mussa³¹ apresenta o seguinte quadro esquemático com a composição étnica da sociedade brasileira no período de 1583 a 1890:

Composição étnica da sociedade brasileira (1583-1890)

	1583-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branco brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Esses números devem ser tomados como referências bem pouco precisas, sobretudo no que concerne aos períodos mais remotos. Contudo, pode-se perceber que a participação de africanos e crioulos é maior no século XVII, correspondendo à metade da população brasileira. Nesse século, as proporções demográficas, bem como o tipo de inserção social

³¹ MUSSA, Alberto. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*, p. 163.

da escravaria africana (na lavoura dos grandes empreendimentos agro-exportadores do Nordeste brasileiro), teriam criado condições mais favoráveis a eventuais processos de pidginização e criouliização do português, não apenas nos engenhos, como também nos quilombos, como o grande quilombo de Palmares, que resistiu a diversas incursões do poder colonial, durante décadas na região que corresponde ao atual estado de Alagoas, até ser desbaratado no ano de 1695. Mas, a partir do século XVIII, a participação dos africanos e crioulos vai diminuindo até atingir o seu nível mais baixo, de 13% do total da população, em 1890. A mudança na ênfase da atividade agro-exportadora para a mineração também teria contribuído para diminuir as possibilidades de pidginização e criouliização do português.³²

Paralelamente ao declínio da participação de africanos e crioulos, sobe vertiginosamente a participação de mestiços, que, de dez por cento no século XVI, passam a corresponder a quase a metade da população do país, em 1890.³³ O alto grau de mestiçagem e as possibilidades de inserção social dos mestiços na sociedade brasileira podem ser, então, considerados como importantes fatores de inibição de eventuais processos de criouliização do português, porquanto o cenário social que a mestiçagem gera no Brasil difere bastante dos cenários sociais de segregação em que normalmente vicejaram as línguas crioulas.

Ainda no plano da demografia histórica, deve-se destacar o percentual de portugueses e de brasileiros brancos durante todo esse período. Considerando que todos esses indivíduos seriam falantes nativos do português, a sua participação relativa no conjunto da população brasileira determinaria um grau de acesso aos modelos gramaticais da língua-alvo bem superior ao encontrado nas situações típicas de criouliização, como as que ocorreram no Caribe, nas quais a participação dos falantes da língua-alvo nunca chegou a dez por cento do total da população. No Brasil,

³² Cf. nota 17.

³³ Se pensarmos que muitos dos mestiços que ascendiam socialmente assumiam a condição de brancos, sendo reconhecidos socialmente como tal, o número de mestiços muito provavelmente já excedia a metade da população do Brasil nessa época.

em todo o período da colonização e do Império, os falantes nativos do português sempre corresponderam a aproximadamente trinta por cento da população brasileira. Essa situação de um acesso potencialmente maior dos chamados aloglotas aos modelos gramaticais do português fortaleceria a hipótese de que teriam predominado no Brasil os processos de transmissão lingüística irregular de tipo leve.

É claro que esses grandes números servem apenas como referências muito gerais para uma primeira aproximação dos cenários sociolingüísticos em que se deu o contato entre línguas no Brasil. Faz-se necessário passar do plano macro para cenários mais específicos em que o contato lingüístico ocorreu. No caso específico dos engenhos e grandes propriedades agrícolas de algodão e fumo, a proporção entre falantes nativos e escravos, bem como a segregação desses últimos, como massa amorfa, no universo das senzalas favoreceria a pidginização e crioulização do português. Contudo, estudos mais recentes de história econômica revelam que o número de pequenos proprietários de terra que possuíam de três a cinco escravos em média foi representativo no universo fundiário da Colônia e do Império³⁴. Já essa situação inibiria eventuais processos de pidginização e crioulização, em função do relacionamento mais estreito entre colonos e escravos.

Por outro lado, é necessário precisar a situação etnolingüística da população escrava, identificando as alternativas lingüísticas disponíveis para esse segmento. Estima-se que chegaram ao Brasil, com o tráfico negreiro, mais de 200 línguas africanas.³⁵ Em sua maioria, elas se originaram de duas grandes áreas: oeste-africana e banto. A primeira estende-se do Senegal até a Nigéria, a segunda compreende, principalmente, a região atual de Angola e do Congo, bem como a região de Moçambique.

Da região oeste-africana, uma região de grande diversidade lingüística, sobressaem as línguas da subfamília kwa, “faladas na parte oriental da Costa do Marfim, sudeste de Gana, Togo, Benin e sudoeste da

³⁴ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Conquista e colonização da América portuguesa*, p. 72-73.

³⁵ PETER, Margarida Maria Taddoni. *Línguas africanas no Brasil*, p. 124: “Considerando-se as regiões de origem dos negros, pode-se estimar que foram envolvidas pelo tráfico por volta de 200 a 300 línguas.”

Nigéria”.³⁶ Dessas destacam-se, por sua representatividade, o iorubá e as línguas do grupo ewe-fon (principalmente, ewe, fon, gun, mahi e mina), faladas por indivíduos que no Brasil ficaram conhecidos como jejes ou minas³⁷. Além dessas línguas kwa, devem-se registrar ainda, entre as línguas oeste-africanas, o hauçá, de um grupo de escravos islamizados que estiveram no origem das grandes revoltas de escravos que eclodiram na Bahia nas primeiras décadas do século XIX.³⁸ Da região banto, uma região de línguas tipologicamente mais aparentadas entre si, destacam-se o quicongo, o umbundo e, principalmente, o quimbundo, falado na região central de Angola.

Quanto à sua representatividade no Brasil, após o ciclo inicial da Guiné, que teria trazido escravos procedentes da região oeste-africana no século XVI, predomina, a partir do século XVII, o ciclo do Congo e, principalmente, de Angola, fazendo com que os escravos africanos no Brasil tenham sido majoritariamente bantos, o que levou boa parte dos historiadores mais antigos a uma generalização imprópria de que todos os africanos trazidos para o Brasil fossem dessa procedência.³⁹ Escapou a esses historiadores uma importante rota comercial que reunira a Bahia à Costa da Mina, entre os séculos XVIII e XIX, com base na troca de aguardente e fumo produzidos no Recôncavo Baiano por escravos. Assim sendo, enquanto, em todo território brasileiro, teriam predominado escravos bantos, na Bahia, após um predomínio banto, verificado no século XVII, os escravos dessa procedência teriam sido substituídos pelos oeste-africanos, com a primazia para os iorubás, aqui denominados *nagôs*. Deve-se registrar ainda a presença de *ewes* e *fons* no Maranhão e na região das Minas Gerais.

O predomínio e a maior antiguidade da presença banto no Brasil reflete-se na contribuição lexical africana para a língua nacional. Enquanto as palavras de origem iorubá – tais como: *abará* e *acarajé*, *orixá*, *axé* e

³⁶ CASTRO, Yeda. *A matriz africana no português do Brasil*, p. 104.

³⁷ *Ibid.*, p. 104-105.

³⁸ RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*, p. 57 et seq.

³⁹ *Ibid.*, p. 149.

Iemanjá – se restringem ao vocabulário da culinária e da religião, em que as manifestações culturais africanas são mais nítidas, a contribuição vocabular banto atinge o chamado vocabulário comum, com palavras como *caçula*, *moleque*, *molambo*, *camundongo* e *cachaça*, e o calão *bunda*, além de boa parte do vocabulário ligado à escravidão, como *senzala*, *mu-cama*, *mocambo* e *quilombo*.

No plano sociolingüístico, a questão que se coloca é saber se essas línguas teriam sido usadas no Brasil como línguas francas na comunicação veicular entre os escravos. É lugar comum na historiografia da escravidão dizer que traficantes e senhores buscavam misturar os escravos para evitar rebeliões. Contudo, é provável que nem sempre essa política possa ter sido executada com eficácia, de modo que se pode pensar fortemente na possibilidade de línguas francas africanas usadas no Brasil, sobretudo no ambiente das senzalas.

Dois importantes documentos históricos atestam o emprego de línguas africanas no Brasil, nos séculos XVII e XVIII. O primeiro é a *Arte da língua de Angola*, do padre jesuíta Pedro Dias, escrita em Salvador, em 1694, e publicada em Lisboa, em 1697. Trata-se da primeira gramática da língua quimbundo escrita no mundo. O compêndio visava facilitar o trabalho dos jesuítas que lidavam com os negros africanos, que teriam dificuldade em ser catequizados em português por falta de proficiência nessa língua.⁴⁰ Para além da falta de proficiência, a existência desse documento revela o predomínio banto dos escravos na Bahia até o final do século XVII e o uso do quimbundo como língua veicular. Reforça também a hipótese de Serafim da Silva Neto de que o quimbundo fosse a língua veicular do quilombo de Palmares.⁴¹

Para o século XVIII, temos a *Obra nova da língua geral de mina*, manuscrito de autoria do português Antônio da Costa Peixoto, em Ouro Preto, entre 1731 e 1741. Trata-se de um vocabulário de base *ewe-fon*,

⁴⁰ PETTER, Margarida Maria Taddoni. Línguas africanas no Brasil, p. 126-127.

⁴¹ SILVA NETO, Serafim. Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil, p. 85: "Acreditamos [...] que os palmarenses falavam um dialeto africano de tipo banto. A razão é a grande maioria dos quilombolas eram angolenses [sic]. A tal ponto que à comunidade dos Palmares chamavam *Angola janga*, isto é Angola pequena."

acompanhado de um breve manual de conversação, nessa língua que teria sido veicular entre os escravos africanos da então Vila Rica.⁴² Tal documento revela, por um lado, uma forte presença de escravos da costa do Benin, chamada na época *Costa da Mina*, numa região que em princípio seria de domínio banto, já que receberia escravos do Rio de Janeiro, em sua maioria provenientes do porto de Luanda, em Angola. Além disso, revela o uso de uma língua franca africana também no contexto social da mineração, em princípio distinto do contexto da lavoura extensiva.⁴³

E para o século XIX, temos o testemunho de Nina Rodrigues, segundo o qual o iorubá, denominado *dialeto nagô*, era de uso corrente em Salvador até o início do século XX. Como língua veicular era usado não apenas pelos oeste-africanos, mas também pelos bantos, minoritários naquela cidade, e por muitos crioulos e mestiços.⁴⁴ Temos, então, o uso de uma língua franca africana também no contexto urbano do século XIX.

No plano sociolinguístico dos reflexos do contato entre línguas, o emprego de línguas francas africanas deve ser visto como um fator inibidor dos processos de pidginização e criouliização do português, pois esse emprego concorreria com a socialização do código de comunicação emergencial entre os segmentos dominados, vetor crucial para a conversão desse jargão em uma língua *pidgin*. Por outro lado, não se pode pensar em uso generalizado de línguas francas africanas em todo o território brasileiro. É mais plausível que esse uso tenha convivido com uso de formas pidginizadas de português em muitos quilombos, mesmo em Palmares, e em muitos engenhos cujos senhores teriam seguido à risca a política de misturar os escravos de diferentes etnias.

Além disso, as condições sociais adversas, quando não a repressão aberta acabou por fazer com que essas línguas francas africanas fossem progressivamente sendo cada vez menos usadas entre os segmentos dominados. Nesse sentido, deve-se fazer uma distinção entre os escravos africanos e os nascidos no Brasil, os crioulos. Historiadores do porte de

⁴² CASTRO, Yeda Pessoa de. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*.

⁴³ Cf. nota 17.

⁴⁴ RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*, p. 156-157.

Katia Mattoso têm destacado a diferença no comportamento social entre africanos e crioulos.⁴⁵ Enquanto os primeiros tendiam a assumir uma postura de resistência cultural mais refratária à inserção na sociedade dos brancos, os últimos, nascidos fora do ambiente cultural de seu povo, tenderiam a buscar a sua inserção na sociedade brasileira, para o que o domínio do português seria uma condição *sine qua non*. Assim, é provável que a proficiência em uma língua africana, nativa ou franca, tenha declinado rapidamente entre a população crioula e mestiça, sobretudo nessa última, que teria em princípio mais facilidade em se integrar à sociedade dos brancos, em função de sua situação ambígua.

Conclusão: os reflexos lingüísticos da presença africana no Brasil obscurecidos pela ignorância e o preconceito

O fim do tráfico negreiro na metade do século XIX estabelece uma espécie de prazo final para o uso das línguas africanas no Brasil. Não subsistindo na população afro-descendente, que buscava cada vez mais se inserir na sociedade dos brancos, sendo obrigada para isso a deixar para trás o legado cultural dos seus ancestrais, o uso de línguas africanas não lograria subsistir para além do tempo de duração da vida dos últimos africanos trazidos para o Brasil. Convivendo com uma repressão social declarada, a comunicação dos escravos e seus descendentes em língua africana foi se circunscrevendo a espaços sociais cada vez mais restritos: os espaços de resistência dos terreiros, dos batuques e das cerimônias religiosas. A redução das funções sociais de uso de uma língua constitui o caminho mais rápido para o seu desaparecimento.

Assim, as línguas veiculares africanas no Brasil restringiram-se no século XX a um conjunto de fórmulas rituais nos terreiros de candomblé; em iorubá, na Bahia, e em ewe-fon, no Maranhão. Afora isso, subsistiram como línguas secretas em algumas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, a exemplo do Cafundó, em São Paulo,⁴⁶ Tabatinga, em

⁴⁵ Entre outros títulos, veja-se: MATTOSO, Katia. *Da revolução dos alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX*.

⁴⁶ VOGT, Carlos; FRY, Peter. *A descoberta do Cafundó: alianças e conflitos no cenário da cultura negra no Brasil*.

Minas Gerais.⁴⁷ Segundo seus estudiosos, trata-se, nos dois casos, de um vocabulário de base banto, a que os moradores dessas comunidades recorrem, utilizando a gramática do português popular do Brasil, que lhes é nativa, para se comunicarem sem serem percebidos pelos forasteiros. Como índice de sua identidade ancestral africana não deixam de constituir, entretanto, uma importante manifestação de resistência cultural.

As variedades crioulizadas de português que teriam eventualmente se formado, no interior do país, em quilombos ou em torno de antigos engenhos, teriam desaparecido com a penetração do capitalismo no campo brasileiro, ao longo do século XX. Tal penetração teria levado à inserção dessas comunidades no sistema produtivo ou à sua desarticulação. Ambos os processos teriam a mesma resultante: o virtual desaparecimento das variedades crioulizadas do português que eventualmente falassem. De tais variedades, em comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, só há o registro da comunidade de Helvécia, no extremo sul do estado da Bahia, feito pela dialetóloga Carlota Ferreira, em 1961. Restringe-se a algumas transcrições fonéticas de expressões do que, para a autora, seria um antigo dialeto crioulo empregado pelos velhos da comunidade.⁴⁸ A falta de financiamento não permitiu que gravações fossem feitas na época, e os linguistas que realizaram pesquisas de campo na comunidade quase trinta anos depois só encontraram vestígios de mudanças crioulizantes.⁴⁹

O desaparecimento das línguas africanas trazidas para o Brasil, bem como de variedades crioulizadas delas derivadas reflete, portanto, um longo e profundo processo de repressão cultural e simbólica a que foram submetidos os africanos e seus descendentes. Não obstante os significativos progressos alcançados nas últimas décadas, a identidade lingüística e cultural dos afro-descendentes ainda é objeto de atitudes discriminatórias no Brasil de hoje. Nesse sentido, registre-se o seguinte

⁴⁷ QUEIROZ, Sônia. *A língua do negro da costa: um remanescente africano em Bom Despacho (MG)*.

⁴⁸ FERREIRA, Carlota. *Remanescentes de um falar crioulo brasileiro*.

⁴⁹ BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. *A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil*.

fato noticiado no jornal *A Tarde*, em 19 julho de 2007, em matéria de Cleidiana Ramos:⁵⁰

O casal Josuel Soares Queiroz e Regina Queiroz, praticantes do candomblé, decidiu dar a sua filha o nome duplo *Iyami Ayodele*, tendo o primeiro, “numa tradução livre do ioruba”, o significado de *minhas mães ancestrais* e o segundo, *alegria da casa*. Entretanto, o cartório de Ofício do Registro Civil de Pessoas Naturais tentou dificultar o registro da criança, fato que Josuel Queiroz considerou uma atitude preconceituosa.

Não se deve, contudo, negar os avanços, principalmente no campo das manifestações artísticas, sobretudo quando essas manifestações se ajustam aos processos em curso de acumulação capitalista da indústria cultural e do entretenimento. Um bom exemplo disso é o prestígio e o espaço que ocupam os blocos afro no carnaval da Bahia, que atualmente têm entre os seus maiores símbolos, agremiações – como os Filhos de Gândi, o Ilê Ayê e o Olodum – que promovem e valorizam a identidade e os ícones da cultura afro-brasileira. Vale comparar a situação atual com a que se observava no início do século XX, especificamente no que concerne à atitude da elite baiana de então e de seus instrumentos de construção ideológica, os jornais da época. A esse propósito vejam-se estes extratos de matérias que tratavam da participação dos negros no carnaval da Bahia:⁵¹

Começaram, infelizmente, desde ontem, a se exhibir em algazarra infernal, sem espírito nem gosto, os célebres grupos *africanizados de canzás e búzios*, longe de contribuir para o brilhantismo das festas carnavalescas, deprimem o nome da Bahia, com esses espetáculos incômodos e sensaborões. Apesar de, nesse

⁵⁰ Apud MARTINS, Sônia Cristina. *O apagamento dos nomes indígenas e africanos na antroponímia baiana*. Comunicação apresentada ao Seminário Estudantil de Pesquisa do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, em 16 de outubro de 2007.

⁵¹ Apud RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*, p. 184-186.

sentido, já se haver reclamado da polícia providências, é bom, ainda uma vez, lembrarmos que não seria má a proibição desses *candomblés* nas festas carnavalescas.⁵² (*Jornal de Notícias*, 15 de fevereiro de 1901.)

Aproximam-se as festas do Carnaval e os batuques preparando-se para dar a triste nota de nossa rebaixada civilização, tornando festas como essa, tão agradável em outras cidades, em verdadeiros *candomblés*. (*Jornal de Notícias*, 15 de fevereiro de 1903.)

O carnaval deste ano, não obstante o pedido patriótico e civilizador, que fez o mesmo, foi ainda a exibição pública do *candomblé*, salvo raríssimas exceções.

Se alguém de fora julgar a Bahia pelo seu Carnaval, não pode deixar de colocá-la a par da África e note-se, para nossa vergonha, que aqui se acha hospedada uma comissão de sábios austríacos que, naturalmente, de *pena engatilhada*, vai registrando estes fatos para registrar nos jornais da culta Europa, em suas impressões de viagem.⁵³ (*Jornal de Notícias*, 23 de fevereiro de 1903.)

Não se deve deixar de ter em conta que, não obstante tolerar, ou mesmo, integrar manifestações da cultura afro-brasileira no ciclo de festas da Bahia, a elite baiana, ou porque não dizer brasileira, mantém, ainda nos dias de hoje, no cerne de sua ideologia, os mesmos elementos constituintes: uma atitude de clara submissão cultural e espiritual à Europa, e agora aos E.U.A., e uma absoluta aversão às mais autênticas manifestações e movimentos populares. E, como nos idos de 1901 a 1903, os instrumentos atuais de difusão da ideologia dominante, como a revista semanal de maior circulação no país, dá continuidade a essa ferrenha campanha para criminalizar os mais legítimos movimentos populares brasileiros.

⁵² Itálico da edição citada.

⁵³ Idem.

Portanto, em uma sociedade baseada na exclusão social e na concentração da renda, a participação africana, como expoente das manifestações populares no Brasil, vem conquistando espaços em diversos planos da cultura, como a religião, a culinária e, sobretudo, a música e a dança, não sem vencer a tenaz resistência de uma cultura hegemônica, reacionária e elitista. E esse caráter discricionário da ideologia hegemônica na sociedade brasileira manifesta-se mais claramente no plano lingüístico, recalçando a participação africana na formação da língua nacional, tanto no nível mais amplo das relações sociais, através do preconceito declarado à linguagem popular, quanto no plano mais restrito das representações científicas, em que o elitismo ainda se faz presente, conquanto de forma mais sutil e sofisticada.

Com o desaparecimento das línguas veiculares africanas e das variedades crioulas, a contribuição mais notável da presença africana na língua nacional é ampla simplificação morfológica que afeta as regras de concordância nominal e verbal e a flexão de caso dos pronomes pessoais, em suas variedades populares. Não é por acaso que, exatamente sobre essas características da fala popular, recaia o mais forte estigma social. A simplificação morfológica nada mais é do que o reflexo lingüístico mais notável da origem pluriétnica da sociedade brasileira. E o preconceito, que os grandes meios de comunicação renovam e fortalecem, constitui um poderoso mecanismo de desqualificação e de recalque da fala e *a fortiori* da voz dos segmentos que constituem a grande maioria da população brasileira.

No plano das representações científicas, a força da visão disseminada na ciência da linguagem a partir da perspectiva teórica do estruturalismo lingüístico, que via a história da língua como o desenvolvimento autônomo de sua estrutura interna, conjugada à visão discricionária de uma superioridade cultural do colonizador europeu, fez com que muitos lingüistas e filólogos tentassem minimizar ou mesmo refutar a participação de africanos e crioulos na formação da língua nacional.

Portanto, se a discriminação da cor da pele é hoje fortemente combatida, constituindo crime inafiançável tipificado pelo código penal, ainda se reproduz com renovado vigor aquela que se abate sobre a se-

gunda pele dos indivíduos, a sua fala. No plano simbólico das relações lingüísticas, o preconceito ainda subsiste com força, marginalizando e recalando, não apenas afro-descendentes e índio-descendentes, mas todos aqueles que sofrem a mais pesada das exclusões no *apartheid* social brasileiro: a exclusão econômica.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Thales. *Democracia racial*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- BAXTER, Alan; LUCCHESI, Dante. A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil. *Estudos Lingüísticos e Literários*, Salvador, n. 19, p. 65-84, set. 1997.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Introdução de Capistrano de Abreu. Salvador: Progresso, 1956.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. 8. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. Os falares africanos na interação social dos primeiros séculos. In: MELLO, Linalda Arruda (Org.). *Sociedade, cultura & língua*. João Pessoa: Shorin, 1990.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. A matriz africana no português do Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice; MOTA, Jacyra; SILVA, Rosa Virgínia Mattos e (Org.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 81-116.
- _____. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Secretaria da Cultura do Estado de Minas Gerais, 2002.
- CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.
- ELIA, Sílvio. *A unidade lingüística do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.
- FERREIRA, Carlota. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro. In: FERREIRA, Carlota et al. *Diversidade do português do Brasil*. Salvador: EdUFBA, 1984. p. 21-32.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 97-130, 2001.

_____. Norma lingüística e realidade social. In.: BAGNO, Marcos (Org.). *A lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 63-92.

_____. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Claudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 272-284.

_____. Século XVIII: o século da lusofonização do Brasil. In: THIELEMANN, Werner (Ed.). *Século das Luzes: Portugal e Espanha, o Brasil e a região do rio da Prata*. Frankfurt: TFM, 2006. p. 351-370. (Série Biblioteca Luso Brasileira, 24).

_____. Parâmetros sociolingüísticos do português brasileiro. *Revista da ABRALIN*, v. 5, n. 1/2, p. 83-112, dez. 2006.

MATTOSO, Katia. *Da revolução dos alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX*. Salvador: Corrupio, 2004.

MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Sauer, 1933.

MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

MUSSA, Alberto. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. Rio de Janeiro, 1991. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PAGOTTO, Emílio Gozze. Norma e condescendência: ciência e pureza. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, Campinas: Pontes, n. 2, p. 49-68, 1998.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Línguas africanas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice; MOTA, Jacyra; SILVA Rosa Virgínia Mattos e (Org.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 117-142.

QUEIROZ, Sônia. *A língua do negro da costa: um remanescente africano em Bom Despacho (MG)*. Belo Horizonte, 1984. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 8. ed. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 2004.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Conquista e colonização da América Portuguesa. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 33-94.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: INL, 1963.

VILLALTA, Luiz Carlos. O encoberto da Vila do Príncipe (1744-1756): milenarismo-messianismo e ensaio de revolta contra brancos em Minas Gerais. *Revista de História e Estudos Culturais*, [s.l.], ano 4, v. 4, n. 4, 2007.

VOGT, Carlos; FRY, Peter. A descoberta do Cafundó: alianças e conflitos no cenário da cultura negra no Brasil. *Religião e Sociedade*, [s.l.], n. 8, p. 45-52, 1982.